

Sociabilidade e Subjetividade: aproximações para o Serviço Social

Sociability and Subjectivity: approaches to Social Work

RAQUEL DE MATOS LOPES GENTILLI*



RESUMO – Este artigo de natureza teórica relaciona, à luz do pensamento marxiano, argumentos referentes às condições estruturais de transformação das sociedades capitalistas recentes às atuais condições de acumulação e à emergência de uma nova forma de manifestação da sociabilidade e da subjetividade conexas às mesmas. Tal reflexão tem como objetivo contribuir para o avanço da reflexão destas relações no Serviço Social. Nesse sentido, após problematização teórica das categorias sociabilidade e subjetividade, apontam-se alguns aspectos da realidade concreta da profissão, assinalando algumas possibilidades de materialização das mesmas em alguns fazeres da prática do Serviço Social.

Palavras-chave – Sociedade contemporânea. Sociabilidade. Subjetividade. Serviço Social.

ABSTRACT – This theoretical article, in the light of Marxian thought, discusses regarding conditions of structural transformation of recent capitalist societies and the current conditions of accumulation. This reflection aims to contribute to the advancement of reflection of these relationships in the Social Work. Accordingly, after questioning the theoretical categories sociability and subjectivity, points some aspects of the reality of the profession, observes some possible materialization of the same in some acts of the practice of Social Work.

Keywords – Contemporary Society. Sociability. Subjectivity. Social Work.

* Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Professora do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Vitória/ES, Brasil. E-mail: raquel.gentilli@emescam.br
Submetido em: julho/2013. Aprovado em: outubro/2013.

Este texto, de natureza teórica, procura pôr em evidência, à luz do pensamento marxiano, o debate sobre as relações existentes entre as atuais condições estruturais de transformação do processo de acumulação nas sociedades atuais e a emergência de novas formas de expressões da sociabilidade e da subjetividade conexas às mesmas. Ianni (1998) observa que a globalização tem provocado profundas transformações nas relações, processos e estruturas que articularam e desenvolvem a apropriação econômica e a dominação política, com profundas repercussões na nova sociedade daí resultante, tornando-as muito mais dinâmicas e complexas e com maiores possibilidades de se autotransformarem.

Realidades sociais, espaciais e temporais, em todo planeta, têm se constituído, simultaneamente, tanto como locais quanto globais, desafiando a compreensão de suas determinantes e tendências onde se consagram nos cenários, nas tendências, nas condições e possibilidades contraditórias dessas novas conexões em consolidação. Recolocam-se na lógica que se observa nos processos da globalização as mesmas leis da sociedade do capital: aquilo que leva à fabricação de novas riquezas, bens sociais, culturais e novas expressões das relações sociais leva também à reprodução das desigualdades, à desintegração social, à segregação, às tensões sociais e aos processos de exclusão (IANNI, 2003).

Este artigo tem por objetivo analisar, a partir das reflexões aqui apontadas sobre a materialidade da sociedade do capital, como a magnitude deste processo, conduzida politicamente pela chamada ofensiva neoliberal (NETTO, 1995), tendo em vista recuperar as perdas geradas no período anterior, ao se espalhar por todo o planeta, mundializando de forma ainda mais consistente o capital (IAMAMOTO, 2012), afeta toda a vida social, sobretudo a da “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 1997), comprometendo tanto as formas de estruturações de seus interesses, na sociabilidade emergente, quanto à objetivação de seus valores, sentimentos, representações e desejos na nova sua subjetividade em curso (ALVES, 1999).

Por fim, este texto procura, a partir dessa reflexão, contribuir para o avanço do debate das relações entre a realidade concreta e as categorias teóricas da sociabilidade e subjetividade na perspectiva da teoria social crítica em relação a determinados aspectos da prática da profissão, assinalando algumas possibilidades de materialização das mesmas em alguns fazeres de seus fazeres.

Sociabilidade capitalista na contemporaneidade

A discussão realizada por Marx sobre as formas sociais de produção deve ser considerada não apenas como categorias da economia política do capital, mas também da constituição de sua sociabilidade, como um determinado modo de se apreender os processos “sociometabólicos” decorrentes da civilização inaugurada com o capital. Esta é, por exemplo, a perspectiva de Alves (2012), que considera as múltiplas determinações do modo de subsunção do trabalho ao capital como basilares para a constituição da sociabilidade capitalista. Apesar destas não se darem de forma linear nem contínua, promovem influências que consagram esta tendência como hegemônica.

Alves, apoiado nas análises históricas de Marx (1998) sobre as formas de produção em *O capital* e utilizando-se da metáfora marxiana de metabolismo social entre homem e natureza, identifica a origem das mediações que impingiriam a ineliminável relação do homem com a natureza e com a sociedade (ALVES, 2012). Por meio das relações sociais de produção, o homem estabelece com a natureza, com a técnica, com seus semelhantes e consigo mesmo as mediações que o submetem às formas particulares de manifestação do modo de produção capitalista específico de cada época, desencadeando expressões históricas específicas que fundariam o metabolismo social entre homem e natureza.

No raciocínio de Marx, a sociedade do capital possui uma dinâmica constante de se autotransformar pela produção, de se autorrevolucionar. Essa ideia está presente, por exemplo, em sua obra política mais famosa, o *Manifesto comunista* de 1848, que em companhia de Engels declararam: “a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MARX; ENGELS, 2013, p.

12). É em consequência deste processo que – desde as origens do capitalismo, a intensidade e frequência de suas mudanças, aliadas à incerteza e à agitação que produz na vida social – a sociedade do capital se tornou uma “*época sem precedentes*”.

No capitalismo globalizado parece que a vida social toma uma dimensão muito mais provisória e volátil que no período descrito por Marx e Engels no *Manifesto comunista* de 1848 (MARX; ENGELS, 2013). Ao buscar novas matérias-primas e novos mercados, o capital cria e recria também novas necessidades, novas mercadorias para serem consumidas nos mercados globais, ultrapassa fronteiras e isolamentos e constringe nações as mais díspares a se submeterem ao que entende como único modelo possível de civilização.

Na sociedade atual se recolocam os mesmos mecanismos políticos, sociais, ideológicos analisados pelos autores sobre a criação de novos mercados que levaram à destruição de opiniões e valores antigos, criação de velhas formas de poder e de direito estabelecidas pela tradição, cultura e costumes, afetando a todos e destruindo os empecilhos para consolidar uma supremacia de classe, uma sociedade à sua imagem (MARX; ENGELS, 2013, p. 16). Nesta análise apontam a superação da sociedade do capital como advinda da emancipação das classes exploradas, por meio da consciência de classe decorrente das próprias contradições de sua existência. Uma vez que estas se encontram intimamente vinculadas às lutas de classes, às condições concretas e a interesses distintos, tal processo deveria ser mediado pelas organizações proletárias como os partidos e sindicatos ligados a interesses e de suas lutas e disputas políticas.

Por se encontrarem determinadas por suas relações externas e condicionamentos internos às formas de produção e reprodução social; a objetivação do ser humano com toda sua complexidade se reduziu às padronizações mercantilizadas derivadas dos ciclos produtivos. Estas formas que Heller (1989) identifica como “homogeneizadas” pela “imediatez” da cotidianidade têm legado uma “natureza humana”, conforme Netto (2012, p. 207) observa, “com traços invariáveis”, “conclusa”, naturalizada, identificada com as próprias possibilidades de vida física e mental do homem no contexto da sociabilidade “erguida sob o comando do capital”.

Tal característica ontológica da sociedade do capital transforma toda a vida social em vida que gira em torno do valor do capital, da exploração do trabalho, da extração da mais-valia, da dominação e da organização social da vida em sociedade, e cujas interligações encontram-se presentes nas complexas relações particulares que afetam os diferentes segmentos de classe e singulares mediações que condicionam a vida de cada indivíduo e sua própria condição humana.

Essa totalidade já tinha sido descrita por Marx e Engels em *A ideologia alemã*, como produzidas em decorrência da forma como os homens estabelecem, entre si, as relações que constituem a existência social. Para os autores, os “indivíduos *determinados*” estão na origem do processo vital, da consciência, das ideias, representações, linguagem, etc. Leis, moral, política, ideias, opiniões, religião decorrem das “emanações” derivadas das “condições e limites materiais determinados e independentes da sua vontade” (MARX; ENGELS, 2013b, p. 9).

No capitalismo, a ruptura do trabalhador com o processo inteiro de seu trabalho, e por consequência de si mesmo como “homem inteiro”, é engendrada pelas próprias condições materiais de produção. A organização produtiva acarreta também consequências para as condições de vida física e mental dos homens. Tais condições operam em formas diversas daquelas que passam a transportar marcas para as novas condições de trabalho, as novas mediações econômicas, sociais, políticas e ideológicas; também transformadas pelas novas contingências da forma de produção social.

A história do processo de produção capitalista é a de sua autotransformação, de suas crises cíclicas e das consequentes transformações das condições de trabalho, do controle dos trabalhadores e da vida em sociedade. Integrando homens às máquinas como extensão deles mesmos, submeteu o trabalho vivo ao trabalho morto; mortificou o homem-que-trabalha ao capital na forma de ferramentas e tecnologias, impôs-se externamente, tornando-os apêndices do processo produtivo.

Em face dos atuais contornos da sociedade do século XXI, assiste-se ao retorno de elementos do **debate em torno da questão social**, sempre evocada por Netto, como apenas uma recolocação e uma reinstauração na atual expressão do capitalismo tardio, em suas “expressões sociopolíticas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser” (NETTO, 2012, p. 208).

Acompanhando o raciocínio do autor, observar que a forma atual do “tardo-capitalismo” acaba por destituir as antigas identidades sociais (de classe) e a potência de suas organizações coletivas (sindicatos, partidos, movimentos sociais) que constituem formas de inserção social que possibilitavam aos trabalhadores enfrentarem a organização do trabalho, sua lógica constitutiva de alienação e como classe, fazer frente a algumas ações externas a eles infligidas no conjunto das relações sociais.

Esse processo encontra-se ancorado numa lógica que vai além da sua significação original do processo produtivo em si mesmo. O capitalismo erige um complexo conjunto de instituições destinadas a moldar as relações de trabalho nas organizações, como também idealiza um novo mundo do trabalho, de tecnologias e de competitividade cada vez mais complexo, fragmentário e heterogêneo; que se torna a própria condição para a expressão, utilização, consolidação e aprofundamento do próprio fetichismo da mercadoria e do estranhamento real intrínseco à sociabilidade capitalista.

A expressão maior, segundo vários autores, entre eles Antunes (1997), das novas formas de precarização, desqualificação contínua e incessante de grande parte da força de trabalho, ao lado da forma flexibilizada de ocupação de postos de trabalho associa novas especializações e qualificações para certos segmentos da classe de trabalhadores assalariados empregados, inaugurada pelo modelo japonês (toyotista) e descarta como sobressalente uma grande massa de trabalhadores desqualificados e sem escolaridade.

No toyotismo, Alves (2012) observa que o capitalismo recoloca a própria fenomenologia e peculiaridade ontológica que Marx já identificara ao estudar o capital, com o agravante de agudizar a sua face destrutiva: ao inaugurar o modelo de “produção enxuta”, o toyotismo amplia a “socialização da produção” (em rede), recupera a estratégia da mais-valia absoluta e, associada à mais-valia relativa, intensifica a utilização do “trabalho morto” na forma do crescente desenvolvimento tecnológico, produzindo a “dessocialização” da sociedade por meio do desemprego em massa do “trabalho vivo” e exclusão social dos segmentos mais vulneráveis da sociedade. Esse processo caracterizaria o que Mézáros chamou como o sociometabolismo da barbárie: tornar cada vez mais supérfluo o trabalho vivo.

Esse gigantesco mecanismo estaria ativando intensamente dispositivos “de envolvimento do trabalho vivo com a lógica da produção do capital” e estimulando a ‘*captura*’ da subjetividade do trabalho.

Sua superação depende das possibilidades sociais concretas do sujeito viver novas formas de vida que lhe possibilitem o acesso a novos valores críticos, à capacidade de sua consciência superar uma visão idealizada de que nada pode ser feito e de compartilhar de uma nova ação coletiva para alterar as relações sociais existentes (IASI, 2011, p. 29).

No debate do Serviço Social, Netto (2012) tem sido incansável na análise da força política e econômica da forma atual do capitalismo sobre os trabalhadores, tendo como consequência grandes perdas políticas e sociais para os segmentos que vivem do trabalho, incluindo sua fragmentação. Tal fragmentação, expressão da imediatividade dos fenômenos humanos e sociais, baliza o jogo da aparência fenomênica da realidade, recolocando o que Souza (2012, p. 226), acompanhando pensamento desenvolvido por Luckács (2003), já identificara como a significação da intensificação, da fragmentação e da abstração do trabalho que incide sobre o sujeito; afetando a consciência e a capacidade do homem de compreender a totalidade social.

As condições dos indivíduos se orientarem no mundo atual estão cada vez mais determinadas pela universalização das inovações tecnológicas e suas consequentes padronizações valorativas. Da mesma forma com que se generalizam as mercadorias, também se mercantilizam os processos culturais,

intensificados pelos novos meios eletrônicos de comunicação de massas, atualmente na dianteira da produção de ideias e mentalidades, arrastando, incorporando ou mesmo induzindo a novas formas de representações e pensamentos comuns sobre as coisas, possibilitados pela ideologia que gera o fenômeno que Kosik (1976, p. 15) identificara como “a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas”.

O pensamento cotidiano funciona produzindo juízos provisórios e ultrageneralizados que podem levar o indivíduo a se submeter a uma vida conformista na forma que Heller (1989, p. 753) denominou “nada mais que escravos da alienação”. Ou seja, seguindo raciocínio teórico de Marx (1998), a essência da sociabilidade burguesa, não se revela na imediatez da mercadoria. Os vários processos ideológicos, políticos e culturais se manifestam enlaçados nas relações econômicas e nas diversas expressões sociais da realidade que submete todos a uma lógica que marcará diferentemente cada classe ou cada segmento social de forma diferente, mascarando as contradições da realidade que garante tal sociabilidade.

Marcados pelas circunstâncias dessa lógica, que solapa as possibilidades de afiliações mais coletivas, o indivíduo destituído de vínculos sólidos, torna-se um homem solitário, atomizado na “liberdade” burguesa. Impossibilitado de ter uma compreensão mais abrangente de sua humanidade genérica, o homem na sociedade do capital tem dificuldades de se conduzir no sentido da construção de outra sociedade. Prisioneiro de uma existência desumanizada pela reificação (que coisifica as relações sociais) e pela fetichização (que atribui poderes e características humanas às coisas) adapta-se muito facilmente à ordem estabelecida (IASI, 2011, p. 34).

Subjetividade e as atuais expressões sociais

Numa coletânea de que participa, cuja releitura das obras de Marx ganha profícuas associações com a psicanálise, o filósofo Paulo Silveira (1989) realiza reflexões sobre a subjetividade na sociedade capitalista a partir das categorias da economia política: trabalho alienado, mercadoria força de trabalho, subjetivação do homem e objetivação da natureza, sujeitamento do homem, alienação, estranhamento, fetichismo da mercadoria, coisificação, equivalente geral, forma valor e, por fim, a própria mercadoria.

A importância dessa releitura é tão fecunda e ousada, que os organizadores chegam a afirmar a existência de uma teoria marxista da subjetividade, corroborando, de certa forma, esforços realizados nesta direção por grandes pensadores, que nas décadas anteriores, sobretudo entre 1960 e 1970, os antecederam. Só a título de exemplo: Heller (1989), Vásquez (1975), Kosik (1976) e outros. Ainda nestes anos, Lucien Sève (1979) buscou de uma aproximação com a teoria da personalidade e Hebert Marcuse (1978) as bases filosóficas e psicológicas do mundo moderno. Outros teóricos, em diversos campos do saber, sobretudo, naqueles de prefixo *psi*, realizaram inúmeras aproximações com a teoria social crítica, agregando a suas reflexões, várias categorias da reflexão marxiana.

Os estudos de teóricos marxistas, que se esforçaram no sentido de fazer emergir, da obra de Marx e Engels uma concepção de subjetividade, estão sendo reconsiderados, reapropriados e sistematizados visando encontrar novos elementos para se pensar o sujeito individual como decorrente de relações sociais determinadas por suas condições históricas, políticas e culturais. Ou seja, busca-se uma visão de ser individual concebido para além de si mesmo, de seu psiquismo, ou mesmo de visões reducionistas de sujeito em suas demais relações familiares, parentais ou de conjugalidade.

Recoloca-se a necessidade de se considerar indivíduo e sociedade como categorias que tomam parte de uma mesma realidade ontogenética, onde cada indivíduo humano é, ao mesmo tempo, o indivíduo sócio-histórico, sem que ninguém possa substituí-lo nas relações sociais (KOSIK, 1976, p. 19). Isso significa dizer que as formas subjetivas de cada ser são inferidas – porque nelas constituídas – das relações sociais e mesmo as situações mais íntimas do ser possuem inscrição na cultura, na ciência, na política, na economia.

Apesar de seus significados não serem imediatamente apreendidos, moldam os modos de pensar de cada época, as visões de mundo, o senso comum e toda gama de situações da vida de cada um. Apesar disso, Heller (1989, p. 40) acredita que as particularidades e as singularidades da vida de cada um podem ser superadas por mecanismos onde “cada qual deverá apropriar-se a seu modo da realidade e impor a ela a marca de sua personalidade” pelo engajamento moral que lhe permita a autorrealização e a autofruição de sua própria condição subjetiva, por meio da condução de sua vida e de sua individualidade.

As características ontológicas da sociedade do capital transformam toda a vida social em vida que gira em torno do valor do trabalho, da exploração do trabalho, da extração da mais-valia, da dominação e da organização social, da vida em sociedade, e cujas interligações encontram-se presentes nas complexas inter-relações particulares que afetam os diferentes segmentos de classe e singulares mediações que condicionam a vida de cada indivíduo, numa totalidade complexa que se organiza a partir das condições gerais de produção de bens (produção e reprodução social) e da própria condição humana.

Essa totalidade que se apreende das relações sociais não seria produzida apenas pela forma como os homens estabelecem entre si as relações de existência social, como mera reprodução física. “Pelo contrário, [...] [tais relações já constituem] um modo determinado de atividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida, um modo de vida determinado” (MARX; ENGELS, 2013b, p. 9).

Pode-se apreender dessa reflexão que as ideias, as representações, a fé, os afetos, a consciência e o pensamento dos homens são pensados nesta obra como compatíveis com as demais propriedades da realidade material da qual se originariam. São, na expressão dos autores, “a linguagem da vida real”. Formas materiais e espirituais de existência que só se diferem entre si pelas formas como são expressas, pela forma como se manifestam na realidade humana e social. Constituem-se da “emanação direta do comportamento material”, do processo da vida real (MARX; ENGELS, 2013b, p. 9).

São contornos diferentes, sem que se alterem as condições originais de sua materialidade, estando, portanto, profundamente vinculadas à realidade que lhes dá origem. Nas perspectivas marxiana e engelsiana, todas as reflexões sobre emancipação e revolução se fundamentam na tomada de consciência por parte do sujeito. Através dela, quando as condições objetivas permitirem, as relações entre os homens, efetivamente, conformam novas formas de organização de vida em sociedade.

A ruptura do trabalhador com o processo inteiro de seu trabalho, ou, mais grave ainda, no caso da ausência deste, provoca transformações nas condições de existência objetivas e subjetivas, acarretando consequências para suas condições de vida física e mental. O ser social como um ser (singular) no mundo com suas emoções, afetos, paixões, comportamentos e escolhas só existe como tal inserido na vida social em relação com outros sujeitos. Apesar disso, as contradições sociais e a vida em sociedade podem produzir efeitos diferentes em cada um: tanto nas formas de inserção na vida social quanto nas condições diferentes em sua totalidade singular.

A atividade humana na vida cotidiana é pragmática, repleta de pensamentos fragmentários, de manipulação das coisas, de juízos de valor que se referem à nossa orientação social, às nossas escolhas e preferências. A visão de mundo fundamentada em concepções misticadoras e reificantes condiciona, em termos gerais, a condição de humanidade destituída de mediações relativas à genericidade humana.

Entretanto, Heller (1989, p. 32) considera que as atividades práticas cotidianas, imediatas à ação e ao pensamento, podem ser elevadas ao “nível da práxis quando é atividade humano-genérica consciente, na unidade viva da particularidade e genericidade” a partir de rupturas do cotidiano. Martins (2008, p. 57) interpreta tais rupturas como “instantes da inviabilidade da reprodução”, momentos em que se instauram as possibilidades “da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão”, o momento em que se recria a vida, em que se pode “dar voz ao silêncio, de dar vida à História”.

Esse é um ponto fundamental para estabelecer a correlação entre a vida e as transformações que se encontram operando na estrutura da subjetividade, desencadeadas pelas condições de vida das

populações que vivem as contradições que hoje nos são impostas a viver, fundadas profundamente nos desejos de consumo que ensejam *status*, exclusividade: novos fetiches que, estimulados pela propaganda, prometem a felicidade àqueles que possam adquiri-los, descartando todos que “sobram” na lógica do mercado.

Forças de desagregação social, construídas no chão da fábrica da nova forma de produção, eliminaram a combatividade dos sindicatos, criaram uma nova lógica de pensar e agir mais despótica, consensual, envolvente, participativa para melhor manipular trabalhadores e sindicatos. Antunes (1995, p. 34) chama atenção para a nova forma de estranhamento gerada pelo capitalismo pós-fordista, no qual vivencia-se na empresa um “processo de estranhamento do ser social que trabalha”, acarretando metamorfoses no próprio “ser do trabalho”.

A inovação, tradicionalmente pensada na perspectiva de uma libertação para os sujeitos, cada vez tem produzido maior dificuldade de “assimilação” dessas experiências tão intensas quanto fugazes, marcadas pelo impacto da alta volatilidade de laços e compromissos entre pessoas, trazendo sofrimentos, desalentos e desamparo para a experiência subjetiva de sujeitos.

Não, sem razão, as mais “fantasmagóricas” perturbações psíquicas, sofrimentos mentais, corresponderiam, no cérebro humano, “a sublimações necessariamente resultantes do processo da sua vida material”, como observam Marx e Engels em *A ideologia alemã* (2013b, p. 10). Se os poderes ignoram os apelos barulhentos das manifestações postas na cena social como se os mesmos fossem inaudíveis, e se o Estado responde a eles com criminalização das ações e medidas de “segurança pública”, ficam cada vez reduzidos os espaços de apaziguamento da dor, aumenta a descartabilidade da vida humana pelo capital e a falta de perspectivas para o futuro.

O estranhamento em relação ao outro tem como efeito a criação de uma cultura fragmentada que favorece a rejeição do diferente nas relações entre desiguais. No caso dos cidadãos que dependem dos serviços das políticas sociais públicas, observa-se sobre eles uma dupla disjuntiva nos processos e nas relações sociais de produção: (a) contingentes enormes de segmentos das classes que trabalham são expulsas do mercado de trabalho, (b) cada vez mais são exigidos critérios de “excelência” e de “condições de empregabilidade”, o que faz aumentar a submissão do trabalhador, além de fazer emergir uma crise de dimensão radical sobre as questões relativas à centralidade do trabalho, da organização das classes e da emancipação humana.

Em termos culturais, o fenômeno de tornar rapidamente obsoletas as mercadorias se reproduz nas formas ideológicas da cultura de massa, rápida, rasa e facilmente manipulável. As expressões e manifestações culturais ganharam, inclusive, a prerrogativa de modelar os corpos, redimensionar as manifestações da sexualidade, reinventar as relações de gênero e a moda na mesma lógica que a dos demais investimentos de capital.

Na realidade cotidiana, observa-se que a própria sociedade do capital reproduz as contradições fundantes do modo de produção capitalista. Uma grande arena de lutas de classe pode ser observada nas manifestações de conflitos, litígios e disputas sociais, econômicas e políticas são observadas, em quaisquer meios de comunicação impressa, televisiva e agora eletrônica. Apesar de os acontecimentos parecerem distanciados, pontuais e atomizados – como se não guardassem nenhum nexo com as lutas de classe –, acabam negando as possibilidades de organização das identidades coletivas nos formatos que a publicidade se esforça a realizar, ao vender mercadorias, modos de vida e *status*, fogem mesmo até dos paradigmas tradicionais de organização de classe.

O princípio de singularidade – tão caro ao capital e que se sobrepõe ao princípio da solidariedade –, pode avassalar interesses ou mesmo subjetividades de segmentos de classe que não conseguem ter acesso a bens e mercadorias, ditas disponíveis para todos, por se encontrarem destituídos de condições mínimas de comparecerem ao mercado, seja de trabalho, seja de mercadorias.

São estas e tantas outras contradições – criadas pela própria reprodução do capital e de suas condições gerais de produção – que acabam por criar as formas de resistência e engendram as

expressões das lutas de classe, as novas formas de socialização e as novas versões de organização dos sujeitos coletivamente. A consciência, que surge destes confrontos cotidianos tem induzido novas expressões da politização e dos confrontos políticos, leva a outras saídas com as “características, peculiaridades e eficácia” de um “fazer História sem saber o que estamos fazendo” (MARTINS, 2008, p. 53).

Se, de um lado, na última década o sofrimento individual andou envergonhado ou no silencioso retraimento da indignação moral, permanecendo meio pulverizado, recolhido aos vínculos pessoais, por outro, as relações possibilitadas pelas redes sociais nos dispositivos móveis tornou a informação mais rápida e acessível, produzindo e divulgando informações e formas de interação social, contribuindo para a constituição, organização e hierarquização de vínculos afetivos e sociais de forma nunca vista anteriormente.

Destituídas de discernimento e julgamento sobre as consequências societárias das escolhas individuais sobre si mesmo e sobre o outro, as atuais relações sociais estabelecidas tanto no interior da família – no plano das relações parentais e conjugais – quanto nos comportamentos de convivência social tomaram cada vez mais novos contornos e formas de expressão afetando individualidades e sociabilidades que estão a reclamar atenção e respostas políticas.

Um conjunto de situações sociais conturbadas e altamente explosivas, decorrentes das desigualdades sociais, vem anunciando, desde a virada deste século, na forma das mais diversas manifestações de violência (contra crianças e adolescentes, negros, índios, mulheres, idosos, homossexuais etc.), ostentando uma profunda cisão de classes que vem subterraneamente cindindo a sociedade brasileira.

As ameaçadoras contradições da acumulação, fundadas no virtuoso desenvolvimento das tecnologias de ponta, na ciranda financeira, na abundante oferta de bens e serviços de consumo, contrapõem-se às precárias condições de resolubilidade e contingenciamento dos recursos públicos para as políticas sociais e vêm provocando inequívocas transformações na vida social atual.

As novas formas de manifestação e publicização da vida íntima emergem com novas demandas por reconhecimento de subjetividades diversas que reclamam por uma nova sociabilidade tolerante, respeitosa e legalmente constituída como efetividade de direitos, por uma sociedade mais justa e pela realização das promessas políticas da democracia.

A agudização dos conflitos sociais também se reflete em protagonismos individuais. O feixe de contradições que afeta a história de cada um guarda correlações com as formas como a sociabilidade tocou cada sujeito em sua existência singular. Na vivência própria de cada sujeito, em sua vida objetiva e subjetiva, ficam marcadas suas peculiaridades singulares, assim como suas circunstâncias geracionais, culturais e de classe e, por meio de encenações conscientes ou inconscientes, denunciam seu sofrimento subjetivo.

Nessas novas formas de viver a vida, Rita Kehl já percebera que as injustiças sociais ganharam expressões subjetivas quando “não visa[vam] à transformação das condições que produziram o prejuízo ou o agravo” (KEHL, 2004, p. 209). No seu entendimento, as situações de desigualdade social, uma vez que não se consegue superar as condições de inferioridade a que ficam reduzidas na hierarquia social e nas desigualdades concretas, têm desencadeado formas de acomodamento psíquico, como é o caso do ressentimento com relação às expressões da vida social.

Como expressões da dor subjetiva de existir, podem também ser entendidas as ações que se voltam contra si mesmo e contra o outro, como as violências, o suicídio, a drogadição, as depressões, os transtornos alimentares e tantos outros sintomas de saúde que expressam as atuais grandes dificuldades dos sujeitos de lidarem com a excessiva competitividade do trabalho, precariedade das condições de trabalho, desemprego, falta de reconhecimento social e demais situações que afetam as condições de segurança subjetiva de cada um.

Na atual sociedade do capital, todas as formas historicamente construídas para defesa do trabalho foram “erodidas pelas novas relações”, constituindo, por meio das atuais tecnologias da comunicação, novas vinculações entre indivíduos e sociedade e, acompanhando raciocínio de Hobsbawm (1995), Netto (2012, p. 213) observa que foram rompidos os fios que antes ligavam os seres humanos às texturas sociais e às formas de solidariedade entre trabalhadores, que foram possíveis de serem constituídas na virada do século XIX para o XX. Estas, ao serem solapadas, afetaram, inclusive, a constituição de sólidos laços de solidariedade e de afetividade que se encontram na base de importantes instituições da classe operária, como os sindicatos e os partidos e, ainda mais gravemente, instituições tradicionalmente vinculadas à proteção das novas gerações, como é o caso da família e da escola.

Este rompimento das tessituras intermediárias entre sujeitos e sociedade acabou por aprofundar uma objetivação atomizada, desenraizada, singularizada, tocada por escolhas aparentes, onde a consciência do indivíduo, mergulhada num mundo “dos próprios fins e interesses”, num “determinado conjunto de relações sociais” ocupa-se apenas da imediaticidade das coisas. Sem se dar conta das complexas relações que Kosik (1976, p. 11) analisa como sendo “compreendidas como naturais” por sua familiaridade com a imediaticidade e a regularidade, e com as manifestações de suas evidências fenomênicas, o homem não percebe que foi capturado por um complexo político de representações alienadas, que lhe promete um mundo incomensurável de fruição de prazeres disponibilizados pelo mercado.

Assim, a característica fundamental da vida cotidiana, que subjuga a todos em busca da satisfação de suas necessidades humanas (fome, dores físicas e psíquicas, afetos e paixões), apesar de funcionar em sua singularidade, jamais deixa de ser também uma expressão da genericidade humana, mesmo que se expresse sem se dar conta disso, uma vez que “funcionam em si e não são elevados à consciência” (HELLER, 1989, p. 23).

Na sociedade contemporânea, a variabilidade de formas de conflitos objetivos, subjetivos e interrelacionais ganha novos contornos e expressões na vida coletiva atual em face da cotidianidade que continua a recolocar contradições em decorrências das mudanças estruturais da sociedade, as quais incidem diferentemente sobre os diversos segmentos de classe da sociedade. É no interior das grandes contradições e impedimentos da sociedade atual que o sujeito encontrará as possibilidades de se elevar de sua singularidade alienada à sua natureza humana genérica e à transcendência de sua humanidade, engendradas novas relações sociais, no vir a ser.

Pelo incansável império do capital se autorrevolucionar incessantemente, mercantilizando tudo que possa sê-lo, das relações de produção às sociais, conforme Marx e Engels já haviam apontado no *Manifesto comunista* de 1848 (MARX; ENGELS, 2013), é que emergirão as novas possibilidades e desafios para as novas gerações. Hoje, passados mais de 200 anos das revoluções burguesas e quase 100 anos da primeira revolução socialista, verifica-se que as sociedades do capital continuam comandando a ordem mundial, apesar de mudarem muito seus processos produtivos e suas formas de expressão e de subjetivação dos indivíduos no campo das relações sociais. Nem os sujeitos são mais os mesmos, nem a produção de bens e serviços no mundo o é. Essa mudança seguramente construiu, influenciou e determinou novas estruturas subjetivas.

Algumas aproximações para o Serviço Social

O debate recente do Serviço Social sobre as condições sociais que afetam a subjetividade humana, sobretudo naquelas atividades profissionais onde a realidade social o impõe como necessário, tem contribuído para relativizar o maniqueísmo anterior, no qual a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional significavam o abandono do estudo de qualquer abordagem sobre a subjetividade (GENTILLI, 2011).

Isso se deve ao fato de existirem reflexões que estão fazendo uma releitura das obras da tradição marxista, tomando-as a partir das relações sociais e das condições materiais de existência. Essa releitura do marxismo, apesar de não ser propriamente nova, como se pode ver em alguns autores, tem contribuído para uma aproximação ao tema na perspectiva da totalidade social.

Novos têm sido os esforços no sentido de retomar a questão do sujeito nos estudos da prática profissional do Serviço Social, sobretudo após o advento das demandas de ações de assistência social nos serviços de proteção social do SUAS: prevenção de riscos sociais e pessoais a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e nos de proteção especial às famílias e indivíduos que tiveram direitos violados (BRASIL, 2013), sem contar o debate que já havia tido origem com a concepção de clínica ampliada, concebida pela reforma psiquiátrica.

As novas condições da prática profissional têm colocado grandes desafios à forma do Serviço Social responder às demandas dos cidadãos que necessitam da atenção profissional no âmbito psicossocial. Para além dos atendimentos assistenciais relativos às providências administrativas para se viabilizar os atendimentos socioassistenciais e acesso a benefícios sociais, como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) ou nas tarefas da gestão destes serviços, existe uma inequívoca questão teórica ainda a demandar melhor discussão aos assistentes sociais sobre a questão do indivíduo ou da família nas equipes multiprofissionais e interdisciplinares.

As complexas situações de vida destes sujeitos de direito, na maioria das vezes, consistem na própria materialização das diversas formas e expressões que a questão social assume na sociedade atual. Tais segmentos, em suas condições objetivas da relação capital-trabalho e das relações de classe social, ao procurarem os serviços se apresentam por inteiro: não só destituídos da materialidade de seus direitos sociais e trabalhistas, mas também afetados em sua humanidade e negados em sua subjetividade nas mais diversas formas.

Os elementos constitutivos das relações sociais capitalistas evidenciam-se plenamente em toda a sua desigual radicalidade: em seus aspectos econômicos, políticos e culturais; na naturalização da exploração da relação capital-trabalho; no contumaz descarte dos segmentos mais vulneráveis da “classe que vive do trabalho”, tomados geralmente como “excluídos”. O regime de acumulação incide sobre a força de trabalho de forma virulenta, forçando a remuneração a baixo custo e forçando a vulnerabilização dos mais frágeis socialmente, cujos indivíduos, geralmente, possuem pouca ou nenhuma escolaridade e capacitação profissional.

Aprofundar o estudo da teoria do agir humano dessa perspectiva pode contribuir para a construção crítica deste conhecimento e ajudar a profissão a estabelecer novas mediações visando à construção de um conhecimento, transformando os “elementos percebidos espontaneamente em conceitos, variáveis, proposições e teorias” (BATTINI, 2011, p. 59), que venham melhor instrumentalizar o fazer profissional cotidiano.

Além das demandas conflitantes presentes na imediatividade do cotidiano profissional, que refletem a realidade social, as contradições de classe e a agudização das relações capitalistas atuais, a profissão vem vivenciando um conjunto de experiências que têm apontado para a emergência de questões relativas à subjetividade, que vem impondo compreensão e articulação desta à questão social propriamente dita. São expressões referentes à singularidade de cada sujeito, de cada família, das relações de amizade, vizinhança e de pertencimento a diferentes grupos sociais, classes ou frações de classe, gênero, raça/etnia que povoam a sociabilidade humana e os demais condicionantes da vida privada no contexto maior da vida em sociedade.

O sujeito implicado e produzido pelas relações de trabalho (ou aqueles afrontados por falta dele) sinalizam insistentemente para a fragilidade de suas existências no contexto da gravidade e profundidade dos conflitos atuais. Por mais paradoxal que seja, é justamente nesse jeito descartável das mercadorias contemporâneas, que vamos encontrar o selo da rejeição nas relações entre as classes e segmentos de classe na sociedade contemporânea.

Pelo atravessamento da sociabilidade por identidades sociais e singularidades pessoais contraditórias, plurais, diversas, e pela complexidade das disputas por interesses particularistas, vemos emergir impasses e imobilismos sobre o devir. Trazem consigo demandas contraditórias entre si, recolocando velhos mecanismos da tradição da cultura da política brasileira. Pode-se observar que a prática profissional do Serviço Social muito tem testemunhado da reapresentação da “velha” questão social, transfigurada num agir à qual se sobrepõem novas mediações possibilitadas pela emergência de novas tecnologias e processos produtivos.

O turbilhão da vida social em face do medo real ou fantasioso toma a consciência, os afetos e provoca sofrimentos diversos, que estão a expressar toda a vulnerabilidade dos segmentos mais frágeis física, econômica, social e psicologicamente. Toda essa complexidade irrompe na ação profissional, impondo novos limites e abrindo novas possibilidades de práticas, sobretudo pela interação em equipes multiprofissionais e interdisciplinares na atenção aos usuários e suas famílias, conforme ocorre nas práticas do SUAS e nas de saúde mental nos SUS.

A oferta de serviços profissionais no mercado de trabalho nem sempre é acompanhada de um saber teórico crítico. Também pode se apresentar como revestida de representações e discriminações teóricas ultrageneralizadas e abstratas, como nas demais expressões de consciência social; outras vezes, são as próprias contradições sociais estruturais que recolocam paradoxos, como aqueles vivenciados cotidianamente nos critérios de acessibilidade aos benefícios sociais, por exemplo.

Reproduzem-se no fazer do processo de trabalho do assistente social os mesmos mecanismos de fetichização e reificação que incidem sobre as demais relações sociais de trabalho, inclusive daqueles que vivem uma vida de impossibilidade social de acesso ao trabalho e às formas de proteção e seguridade social.

A racionalização, posta na lógica da sociedade do capital, torna os fazeres cada vez mais destituídos de humanidade, incidindo também sobre a prática profissional de Serviço Social, que enfrenta múltiplas contradições para operar seu processo de trabalho, sua finalidade e o recorte de seu objeto de trabalho. Assim como os demais sujeitos do processo social, os assistentes sociais também estão submetidos ao jugo do “capitalismo manipulatório”, que também está afetado por um “complexo ideológico” que, além de moldar as relações de trabalho nas organizações, também forja relações sociais pela competitividade, fragmentação e heterogeneidade, atravessando e sobrepondo mecanismos e tendências distintas. Ou seja, também a profissão não consegue desvencilhar-se do fetichismo da mercadoria e do estranhamento real intrínseco à sociabilidade capitalista (ALVES, 1999).

Considerações finais

Pensar as determinações das categorias sociabilidade e subjetividade no fazer profissional cotidiano do assistente social tem-se revelado como um grande desafio, seja nas atividades do seu fazer específico, seja nas equipes multiprofissionais em que participa. Tais dificuldades encontram-se principalmente na falta de consenso sobre a necessidade de consolidar um debate sobre subjetividade na profissão. Apesar de o Serviço Social não ter uma potente tradição nesse tema, isso não significa que ele seja desnecessário.

Todo processo de trabalho no qual se insere o fazer profissional e que abrange, além das teorias, as metodologias, o arsenal técnico, as diretrizes de ação, de comunicação, de prestação de serviços, enfim, ao conjunto de ações e estratégias que Guerra (2013) denomina instrumentalidade, enfrenta grandes desafios para se consolidar em face da concreticidade dos atendimentos que, a qualquer momento, tornam-se contingentes, seja por razões de dotação orçamentária, seja por razões de ordem política.

Por mais que se deseje, os fazeres profissionais, em muitas organizações públicas ou privadas, encontram-se circunscritos aos serviços que Gentilli (2012) identifica como referentes ao âmbito da cidadania: busca de garantia de direitos já declarados, de expansão ao acesso para outras pessoas e ainda de realização de esforços para fazer avançar na consagração de novos direitos. Portanto, se configuram no âmbito da fruição de serviços e benefícios para a garantia de direitos de cidadania numa ordem democrática a serem prestados pelo Estado como dever.

A objetivação da realidade social se reproduz em processos e formas profundamente fragmentadas e abstratas, dificultando as possibilidades de apreensão da totalidade social, vinculando fenômenos da sociabilidade com os processos de produção pela subjetividade individual. A superação dessa condição de alienação do processo de trabalho na sociedade do capital supõe algo muito maior e radical, que é a superação da sociedade do capital. Mesmo assim, uma existência desumanizada pela reificação e pela fetichização cotidiana.

Referências

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. 2. ed. Londrina: Praxis Free Edition, 1999b.
- _____. *Maquinofatura: breve nota teórica sobre a nova forma social da produção do capital na era do capitalismo manipulatório*. In: ALVES, Giovanni; BATISTA, Roberto Leme; MONTEIRO, Arakin (Org.). *Trabalho e sociabilidade: perspectivas do capital global*. Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2012.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1997.
- BATTINI, Odária. O lugar da prática profissional no contexto das lutas dos assistentes sociais no Brasil. In: BAPTISTA, Myrian Veras; BAPTINI, Odária (Org.). *A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento*. 2. reimpr. São Paulo: Veras, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Sala de Imprensa*, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>. Acesso em: 20 jun. 2013.
- GENTILLI, Raquel. Desigualdades sociais, subjetividade e saúde mental: desafios para o Serviço Social. Brasília: *SER Social*, v. 13, n. 28, p. 210-230, jan./jun. 2011.
- _____. *Representações e práticas: identidade e processo de trabalho de trabalho no Serviço Social*. 3. ed. São Paulo: Veras, 2012.
- GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. Disponível em: <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2012.
- IANNI, Octávio. *A ideia de moderno no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- _____. Raízes da violência In: CAMACHO, T. (Org.). *Ensaio sobre a violência*. Vitória: EDUFES, 2003.
- IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*, São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARCUSE, Hebert. *Razão e Revolução*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 4ª edição
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARX, Karl. *O capital: crítica à economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1998. v. 1.
- _____; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. (1848). Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2013.
- _____; _____. *A ideologia alemã*. (1845-1846). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000003.pdf>. Acesso em: 31 maio 2013b.
- NETTO, J. P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Capitalismo e barbárie contemporânea. *Argumentum*, Vitória (ES), v. 4, n. 1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

SILVEIRA, Paulo; DORAY, Bertrand (Org.). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice / Editora Revista dos Tribunais, 1989.

SEVE, Lucien. *Marxismo e Personalidade*. Lisboa (Portugal), Livros Horizonte, 1979, 3 vol.

SOUZA, Adrianyce Silva de Souza. *Reificação e sociabilidade capitalista: um debate necessário*. *Revista Emancipação*, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 223-233, jul./dez. 2012.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.